

# MEMÓRIAS DA ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

## CLASSE DE LETRAS

---

A diplomacia cultural – conceito e concretização entre nós

LUÍS FILIPE CASTRO MENDES

---



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS  
DE LISBOA

LISBOA • 2024

*Título:* A diplomacia cultural – conceito e concretização entre nós

*Edição:* Academia das Ciências de Lisboa

*Data de edição:* 2024

*DOI:* <https://doi.org/10.58164/qfs9-vy86>

# A DIPLOMACIA CULTURAL – CONCEITO E CONCRETIZAÇÃO ENTRE NÓS

LUÍS FILIPE CASTRO MENDES

No legítimo embaraço do neófito, decidi estruturar a minha comunicação à volta da diplomacia cultural, um tema que acompanhou a minha vida e foi fundador do meu percurso de diplomata. Sem esquecer os meus trabalhos literários, essencialmente orientados sob o signo da Poesia, preferi, no entanto, trazer-vos hoje algumas reflexões que tenho vindo a fazer sobre o papel da diplomacia na nossa afirmação cultural junto dos outros povos e no próprio desenho, sempre incompleto, da natureza aberta e inclusiva do nosso perfil cultural.

Começarei por lembrar-vos que à conceção tradicional da diplomacia como arte e técnica do diálogo e da negociação entre Estados, ao nível dos seus poderes políticos soberanos, seja por via bilateral ou multilateral, veio acrescentar-se nos nossos dias um conceito mais alargado de diplomacia, no qual as relações entre os povos e as nações, através das suas entidades económicas, das suas instituições culturais e educativas e das organizações da sociedade civil, se tornaram também sujeito e objeto da diplomacia, passando a ser reconhecidas e incentivadas pela tradicional e insubstituível diplomacia do Estado.

Desta transformação no sentido de uma diplomacia mais virada para a sociedade civil e para a opinião pública decorreram mudanças na estrutura dos diversos Ministérios dos Negócios Estrangeiros. Foi assim que, entre nós, os departamentos de relações económicas externas (antes confinados à esfera consular ou remetidos para a competência do Ministério da Economia) se vieram estruturar num departamento, a AICEP, hoje integrado no Ministério dos Negócios Estrangeiros; e que, por outro lado, a ação externa cultural se veio tornar uma atividade conjunta e institucionalmente estruturada, entre o MNE, e o Ministério da Cultura. O Ministério dos Negócios Estrangeiros age através do Camões, instituto público que viu recentemente, de modo bem pouco feliz, fundir-se a política cultural externa com a cooperação para o desenvolvimento!...

Estas áreas, diplomacia económica e diplomacia cultural, vieram assim autonomizar-se no domínio da ação diplomática do Estado, cabendo ao Ministério

dos Negócios Estrangeiros um papel importante na promoção e desenvolvimento destas relações, no estímulo e ajuda aos empresários e criadores privados no processo da sua internacionalização, na promoção cultural externa, enfim, no desenvolvimento das relações, a todos os níveis da sociedade civil, com todos os outros povos e as nações.

Entre nós, a ação cultural externa foi liderada pelo Instituto Camões do Ministério dos Negócios Estrangeiros, desde a sua fundação. Do mesmo modo que em França o Quai d'Orsay manteve a iniciativa na difusão da cultura francesa no mundo, apesar da oposição de André Malraux, que queria integrar plenamente essa atividade no Ministério da Cultura, assim aqui em Portugal, contra muitos que entendiam deverem ficar as relações culturais externas no âmbito exclusivo do Ministério da Cultura, não só se manteve o Instituto Camões na esfera do MNE, como o governo de que fiz parte tomou a decisão de institucionalizar a ação cultural externa do Estado Português numa estrutura de cooperação e articulação definidas, a Ação Cultural Externa, partilhada entre os dois ministérios, Negócios Estrangeiros e Cultura. É apenas de lamentar, como já disse, que se tenha mantido a fusão infeliz do Instituto Camões com a Cooperação Portuguesa, diluindo a ação cultural externa na área da cooperação para o desenvolvimento, lamentável decisão do passado governo da *Troika*, que nunca foi revertida nestes oito anos...

Mas, para além destas questões institucionais de partilhas de competências, qual é afinal o sentido e a importância da cultura na nossa afirmação no mundo?

Nós, portugueses, estamos especialmente capacitados para rejeitar uma conceção identitária estreita das culturas nacionais, porque fomos habituados durante séculos ao encontro da nossa cultura com as outras culturas do mundo e ao reconhecimento dos outros povos e culturas na sua identidade, assim como na influência e legado que deixaram à nossa própria cultura: isto na paz como na guerra, na igualdade como na escravidão, na democracia como na opressão colonial. Não nos orgulhamos das relações de dominação e de escravidão, mas orgulhamo-nos legitimamente das fusões culturais que a História nos ofereceu.

Este profundo cosmopolitismo, que levou Fernando Pessoa a dizer que “um verdadeiro português nunca é só português”, habilita-nos, se o quisermos compreender até ao fim, a entender que todas as culturas hoje são e só poderão ser **culturas-mundo**, pois que é na sua diversidade e na sua abertura que a cultura

respira e o identitarismo nacionalista estreito é não mais do que uma forma de asfixia cultural.

Temos assim uma língua e uma cultura que se projetaram no mundo e em todos os continentes e que, embora não tenham ganho o mesmo estatuto de hegemonia global que as grandes potências abriram para as suas línguas e culturas, deixou uma marca no mundo, que nos cabe permanentemente atualizar e revitalizar.

Temos, neste momento, uma criação cultural que alcançou um reconhecimento nos grandes centros internacionais, que nós próprios, há quarenta ou cinquenta anos, não imaginaríamos, e muito menos os nossos pais e avós. A presença da nossa cultura nos grandes centros culturais estrangeiros é hoje natural e corrente e não mais uma surpresa imprevista. Os criadores culturais portugueses são cada vez mais conhecidos e reconhecidos nos meios culturais internacionais. O mundo mudou e nós mudámos.

Feitas estas considerações gerais, preferia agora falar-vos da minha experiência pessoal na diplomacia e na ação cultural externa, podendo durante esse itinerário evocar diversos aspetos da diplomacia cultural na sua realidade prática.

Se a diplomacia consiste em, através do diálogo, procurar evitar ou resolver, quanto possível, os conflitos, eu diria que a minha primeira experiência diplomática no estrangeiro, na Angola recém-independente e dramaticamente dividida de 1977, me fez sentir a coexistência do diálogo e do conflito, na complexidade de que somos feitos. A situação em Angola era de conflito armado interno, de guerra civil e de hostilidade oficial para com o governo português. E, no entanto, a proximidade das culturas era viva e sentia-se e a língua portuguesa, que constituí a língua veicular entre as diversas línguas africanas, era e continua a ser ferramenta essencial para a construção do Estado Angolano, tal como sucede aliás nos outros países africanos de expressão portuguesa.

Hoje temos em Luanda um centro cultural português, que dialoga e recebe os escritores e artistas angolanos e promove com sucesso o intercâmbio das nossas culturas. Em todos os países africanos de língua portuguesa temos centros desta natureza, influentes e ativos.

Mas a partilha da língua não é necessariamente o único modo da partilha cultural: eu vi na Ásia um culto da cultura e da memória portuguesas da parte de gentes que se reivindicam do nosso nome sem falar a nossa língua — em

Malaca, na Indonésia, no Sri Lanka...; e vi no Brasil como com a mesma língua se construiu uma cultura própria e diversa, tão orgulhosa da sua diferença e da sua grandeza, que quase chega a esquecer que Portugal existiu na sua História. Eu vi descendentes de emigrantes portugueses que mal dominam a nossa língua, mas que sentem uma enorme e afetuosa curiosidade pela nossa cultura, que é a cultura dos seus avós, de que se orgulham e se sentem parte. É importante a língua, sem dúvida: mas não é o único modo de partilha cultural.

As minhas experiências de jovem diplomata primeiro secretário de embaixada e mais tarde embaixador em Espanha e França levam-me a poder comparar a presença da nossa cultura e a força da nossa imagem naqueles dois países, então e agora.

Hoje, traduções de livros portugueses encontram-se em grande número nas livrarias de Espanha e de França, o nosso teatro triunfa em Paris e em Lyon, a nossa música tem atuações recorrentes e coroadas de êxito nestes dois países e artistas portugueses estão presentes nos grandes eventos e exposições de artes plásticas que por lá se realizam. Falo do que vivi pessoalmente, mas observei o mesmo fenómeno por muito mais países europeus.

Ora nesta mudança não podemos subestimar o papel fundamental que a nossa diplomacia cultural teve nessa maior difusão e conhecimento das nossas criações, quer pela ação dos nossos conselheiros culturais nessas cidades (lembro Eduardo Prado Coelho e Nuno Júdice, em Paris, João de Melo, em Madrid), quer pelos financiamentos e apoios às edições dos nossos autores ou à atuação dos nossos artistas, quer mais tarde pelo lançamento de grandes iniciativas interdisciplinares, como recentemente as “Saisons Croisées” entre França e Portugal.

Por outro lado, a imagem e a própria realidade vivida da comunidade portuguesa em França alteraram-se da noite para o dia. O nosso pleno reconhecimento como cidadãos europeus sucedeu ao desprezo cultural de outros tempos e a situação social e cultural dos portugueses em França conheceu uma evolução firme no sentido de uma afirmação mais qualificada e sofisticada da comunidade portuguesa e luso-descendente no meio francês.

Mas foi no Brasil, enquanto Cônsul-geral no Rio de Janeiro, que pude desenvolver uma ação cultural mais intensa e sistemática, com o pleno apoio do Instituto Camões em Lisboa e da embaixada em Brasília, usando um instrumento precioso para a nossa presença no Brasil, que é o Palácio de São Clemente,

magnífico edifício concebido para ser nossa embaixada, quando o Rio era ainda a capital do Brasil. Organizámos aí concertos, receções, apresentações de livros e de autores, colóquios, conferências, gravações de discos e de programas de televisão — procurámos fazer do Consulado um verdadeiro centro cultural português, que fosse simultaneamente um lugar de cultura para os artistas e escritores brasileiros, que ali se sentiam em sua casa. O Rio de Janeiro é talvez a cidade brasileira com maior ligação a Portugal, graças também à comunidade portuguesa e a instituições tão relevantes dessa comunidade como o Real Gabinete Português de Leitura.

A relação cultural com o Brasil tem algumas delicadezas de procedimento, que derivam do facto histórico de o Brasil, independente há 200 anos, ter feito o seu próprio caminho. Assim, e independentemente dos afetos e laços que perduram, é como uma outra grande cultura no mundo que devemos tratá-la. Para podermos ser verdadeiramente irmãos, temos de nos reconhecer como outros e diferentes.

Depois, como embaixador na Hungria, tive o privilégio de poder contar com uma leitora excepcional, a D.<sup>ra</sup> Clara Riso, que se tornou uma grande conselheira cultural. Juntos dinamizámos ao máximo a presença cultural portuguesa possível num país de língua e tradições tão diferentes. Mas a curiosidade dos húngaros pela nossa cultura superava essas distâncias e a ação da nossa leitora/conselheira cultural foi aí decisiva, como tinha sido no passado a atividade do leitor Professor Ernesto Rodrigues.

Uma explicação necessária: dado o reduzidíssimo número de conselheiros e adidos culturais de que dispomos (basta dizer que não temos nem adido nem conselheiro cultural em Roma!), muitas vezes são os leitores de Português nas universidades, cuja missão fundamental é o ensino da língua, a ajudarem as embaixadas a desenvolver a ação cultural possível. Outras vezes, é o próprio embaixador que se interessa por essa atividade e a ela se dedica, mesmo com falta de meios e de recursos humanos, mas sempre com o apoio possível do Camões.

No boletim do Camões, que sai regularmente no JL, poderão ter uma visão alargada da ação cultural das nossas embaixadas no mundo. E do muito mais que poderia ser feito...

Na Índia, encontrei uma constelação cultural multiforme e riquíssima na sua fascinante diversidade, mas no que toca à nossa presença cultural, foi decisivo o

contacto com Goa, uma realidade própria e única no mundo, em que uma determinada casta aristocrática de hindus, os brâmanes, se converteram em grande número ao catolicismo, no século XVII, e adotaram a língua portuguesa como sua, ao lado do marati ou do concani. Os seus descendentes católicos pensam hoje o que me disse um dia a escritora goesa Maria Aurora Couto: “Não sei por que razão os meus antepassados se converteram, por oportunismo ou por medo: sei que hoje sou uma católica sincera e não deixarei de o ser”.

A sociedade goesa, de um milhão de cidadãos, tem, não obstante, uma complexidade comparável ao resto da Índia: há católicos e hindus, há castas diferenciadas até ao pormenor e há falantes de concani e marati, a par da minoria que continua a falar português (o inglês é aqui, como no resto da Índia, a língua veicular). Goa soube, no entanto, resistir às tentativas de ser englobada noutro estado federado da Índia e constitui um estado por si própria, manifestando assim a sua diferença.

A língua portuguesa desapareceu do espaço público de Goa, é certo, mas continua vivo no Direito em vigor, nas famílias cristãs tradicionais, na música popular, e o ensino do português tem vindo a conhecer um importante incremento naquele território. Não posso deixar de destacar aqui o papel do nosso atual leitor e diretor do Instituto Camões em Goa, Dr. Delfim Correia da Silva, cuja ação persistente e continuada muito tem feito pela presença da cultura e da língua portuguesa naquele território.

Algo diferente sucede em Macau, onde a própria China tem grande interesse em manter e desenvolver o estudo e conhecimento da nossa língua, como ponte para o mundo de fala portuguesa, numa inteligente conceção dos seus próprios interesses. A ambição mundial da China passa naturalmente pelos países de língua portuguesa e o estudo do português (que existe também em muitas outras universidades na China) é ali especialmente fomentado.

Percorri na minha vida diplomática África, Europa, América e Ásia. Falei em português, espanhol, francês ou inglês, e muitas vezes recorri a intérpretes. Descobri que a nossa própria ideia de ser português se transforma e apura na experiência do mundo.

Antes de partir para o meu primeiro posto diplomático, nunca me tinha posto a questão de ser português. Pensava-me português por acidente, nem melhor nem pior do que qualquer outro acaso de nascimento que me pudesse ter

acontecido. Eu era do mundo e o mundo não andava à minha procura, como fez a Ruben A: era eu quem tinha de ir ao encontro do mundo e ele estendia-se nos mapas, para além dos mares e das fronteiras terrestres, por espaços que a minha imaginação ansiosa povoara já de sonhos e de lendas, lugares que não viriam perder o seu brilho quando cheguei a vê-los, como sucedeu a Proust com Veneza, mas que se estendiam no espaço e no tempo à minha espera.

É quando vivemos fora da nossa terra que a questão sobre o que somos se nos vem finalmente colocar, ao nos vermos confrontados com a realidade dos outros. Um povo de mercadores e de migrantes como o nosso tinha que forçosamente adquirir, para sobreviver à sua miséria, características miméticas bem desenvolvidas, que passaram a património coletivo. Mas só nos reconhecemos verdadeiramente, como seres humanos ou como integrantes de uma ou várias comunidades, através do olhar que os outros lançam sobre nós e que nós enfrentamos nos outros. Como dizia António Machado, *El ojo que ves no es/ojo porque tu lo veas/es ojo porque te ve*. Por isso eu só entendi bem que era português quando vivi fora de Portugal e me reconheci nos outros junto de quem vivia.

Citando o Padre António Vieira: “Para nascer Portugal, para morrer, o mundo”. Para um português, todo o mundo é a sua casa. E é fora de Portugal que melhor se aprende a ser português.

COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS  
NA SESSÃO DE 12 DE OUTUBRO DE 2023

COMUNICAÇÃO RECEBIDA A 13 DE OUTUBRO DE 2023